

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 538, DE 2008

Submete à elevada consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento de Água de Lastro e Sedimentos de Navios.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Francisco Rodrigues

I - RELATÓRIO

Nos termos do artigo 84, inciso VIII, combinado com o artigo 49, inciso I, da Constituição, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento de Água de Lastro e Sedimentos de Navios.

O propósito da Convenção é prevenir, minimizar e, por fim, eliminar os riscos ao meio ambiente, à saúde pública, às propriedades e recursos decorrentes da transferência de Organismos Aquáticos Nocivos e Agentes Patogênicos por meio do controle e gerenciamento da Água de Lastro dos Navios e dos sedimentos nela contidos, assim como evitar os efeitos colaterais indesejados desse controle e estimular desenvolvimento em conhecimento e tecnologia relacionados.

Água de Lastro é definida, nos termos do acordo, como água com partículas suspensas levadas a bordo de um navio para controlar trim, adernamento, calado, estabilidade ou tensões do navio. Organismos Aquáticos Nocivos e Agentes Patogênicos, por sua vez, são organismos

aquáticos ou patogêncios que, se introduzidos no mar ou em cursos de água doce podem prejudicar o meio ambiente, a saúde pública, as propriedades ou recursos, prejudicar a diversidade biológica ou interferir em outros usos legítimos de tais áreas.

Assim, as Partes se comprometem prevenir, minimizar e, por fim, eliminar a transferência de organismos aquáticos nocivos e agentes patogênicos através do controle e gerenciamento da Água de lastro dos navios e dos sedimentos nela contidos.

Várias formas de controle são estabelecidas no Acordo, como, por exemplo, o controle da transferência de organismos aquáticos nocivos e agentes patogênicos através da água utilizada como lastro e sedimentos nela contidos, a segurança das instalações para recepções de sedimentos, a cooperação na pesquisa científica e técnica sobre Gerenciamento de Água de Lastro.

Navios sujeitos a essa convenção poderão, em qualquer porto ou terminal “offshore” de outra Parte, estarem sujeitos a inspeção por funcionários devidamente autorizados por essa Parte com a qualidade de determinar se o navio está em conformidade com a Convenção. As partes se sujeitam, ainda a vistoria e certificação, nos termos de inspeção e certificação especificados no Acordo. Violações poderão receber advertência, detenção, ou mesmo exclusão do navio.

A comunicação de informações entre as Partes também é encorajada, nos termos do Acordo.

Controvérsias deverão ser solucionadas por meio de negociação, mediação, conciliação, arbitragem, acordo judicial ou recorrendo a organismos ou acordos regionais ou outros meios pacíficos de sua própria escolha.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, a qual instrui a presente Convenção, o Brasil já vem participando, há muitos anos, em vários grupos de trabalho e sessões plenárias do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho (MEPC), de discussões técnicas que culminaram com a adoção da Convenção, bem como das discussões que tratam da elaboração das Diretrizes que auxiliarão a implementação, de forma uniforme, da Convenção.

Com efeito, a descarga da água de lastro pode provocar a dispersão de organismos nocivos em escala mundial, disseminando doenças ou provocando desequilíbrios ambientais. Assim, é de interesse do Brasil a aprovação da presente Convenção pelo Congresso Nacional.

Diante do exposto, somos pela aprovação da o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento de Água de Lastro e Sedimentos de Navios, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresentamos a seguir.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado Francisco Rodrigues
Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2008**

Aprova o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado Francisco Rodrigues
Relator